



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1296

ENTRE CONCEITOS E CONTEXTOS: JOÃO BAPTISTA DE LACERDA, AS TEORIAS RACIAIS E O DEBATE SOBRE MISCIGENAÇÃO NO INÍCIO DA REPÚBLICA

Oswaldo Carneiro de Matos Neto
Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro)

Resumo: Este trabalho se enquadra na perspectiva da História Social das Ideias e da História da Ciência, e tem por objetivo analisar a centralidade das discussões sobre as teorias raciais nas explicações sobre o Brasil. Como se sabe, o debate sobre ciência, raça e nação foram amplamente visitados por intelectuais brasileiros no período entre 1870 e 1930, produzindo uma série de interpretações sobre os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados pelo Brasil durante o contexto que uniu o fim da escravidão ao conturbado florescimento da República. Segundo Lília Moritz Schwarcz as pesquisas levadas a cabo pelos 'homens de ciencia' no fim do século XIX foram tomadas como uma 'subciência' por historiadores formados nas nascentes universidades brasileiras do século XX, os quais viam a utilização das teorias raciais como meras cópias de um conjunto de ideias estrangeiras. Sendo assim, buscando esclarecer de que forma estes 'homens de ciencia' enfrentaram os limites teóricos impostos por um conjunto de ideias deterministas e as barreiras políticas construídas por uma sociedade rigidamente hierarquizada no tocante a inclusão de negros e mestiços, analisamos, como fonte histórica, dois textos do médico e antropólogo físico brasileiro João Baptista de Lacerda; o ensaio *Sobre os mestiços no Brasil* e a redarguição intitulada *Réplica a Crítica*. Objetivando, então, esclarecer de que forma os 'poderosos' brasileiros – nas palavras de Lacerda – esperavam que este cientista divulgasse o país no exterior, tendo em vista que tal ensaio fora publicado, em forma de discurso, no Congresso Internacional de Raças, em Londres, no ano de 1911.

Palavras-chave: Teorias raciais; República; História da Ciência.

Financiamento: MEC – Programa de Educação Tutorial – PET/História.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, analisaremos parte da obra do cientista João Baptista de Lacerda, médico e antropólogo que dedicou parte de sua carreira científica ao estudo da antropologia física e da questão racial brasileira. Seu nome é identificado como um dos principais pesquisadores da antropologia física, sobretudo no Museu Nacional do Rio de Janeiro, instituição na qual atuou entre 1875 e 1915. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro ainda no final do século XIX, seu

nome ficou marcado tanto pelos estudos em antropologia física quanto em fisiologia experimental e microbiologia, tendo se destacado inclusive pelo estudo sobre febre amarela (BENCHIMOL, 1999; KEULLER, 2007). Além de dedicar profunda atenção aos estudos acerca dos índios Botocudos, assim como das escavações arqueológicas dos Sambaquis, buscando contribuir com a história natural do homem americano, Lacerda também dedicou atenção aos estudos dos “mestiços” e o significado do processo de miscigenação racial brasileiro.

Para compreender a trajetória de João Baptista de Lacerda no campo da antropologia física, é necessário entender a própria história da antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Instituição criada por D. João VI para estimular os estudos científicos no Reino do Brasil, o Museu Nacional se consolidou ao longo do século XIX como um dos principais centros de investigação e ensino das ciências físicas e naturais, com destaque para a geologia, a zoologia e a botânica. No campo da antropologia, o Museu Nacional só passou a exercer um papel significativo a partir de 1876, quando Lacerda organiza o primeiro curso brasileiro de Antropologia, a ser ministrado por ele mesmo (KEULLER, 2007). Até então, toda produção e exploração antropológica fora executada por naturalistas e viajantes estrangeiros, que adentraram o interior do país em busca de conhecimentos sobre a população indígena, a fauna, a flora e a coleta de espécimes para suas coleções.

Em grande parte, estes relatos de viajantes agiram de modo a lançar diversas percepções a respeito da América, fossem elas ‘edênicas’ ou ‘detradoras’ (SCHWARCZ, 1993). Notas estas que se tornaram as principais fontes de análise para intelectuais estrangeiros que, de longe, buscavam interpretar a realidade das populações do continente americano, esforçando-se para elencar as diferenças. O filósofo genebrino Jean Jacques Rousseau foi, no século XVIII, um expoente das análises comparativistas¹ entre aquilo que ele chamou de *estado de natureza* e *estado de civilização*. Ligados ao estado de natureza estavam os “povos selvagens”, ou como preferiu Rousseau, o *bom selvagem*, que fora caracterizado por este filósofo como o modelo ideal, já que escapava do estado de civilização vivenciado

¹ Convencionei chamar de “análises comparativistas” ou “teorias comparativistas” as doutrinas que visaram diferenciar os humanos anteriormente à aplicação do termo “raça” para tal. Não podendo, então, ser classificadas como “teorias raciais” ou “doutrinas raciais”, as quais datam somente do século XIX.

pelo Ocidente naquele período. Neste sentido, a edenização ocorre na medida em que Rousseau elogia o homem “primitivo”, o qual, na sua visão, possuía acesso a tudo que lhe era necessário a partir do contato com a natureza, diferentemente do que ocorria nas sociedades civilizadas, onde a miséria era latente. No entanto, por mais que se postulasse uma grande diferença entre estes dois estágios da humanidade, a sua gênese ainda era vista como única. Sendo assim, ainda não se discutia as diferenças humanas a partir do conceito de raça, o qual viria a ser utilizado a fim de classificar os seres humanos somente no século XIX. Portanto, o que despontava neste momento era uma noção de evolução. (SCHWARCZ, 1993)

Da segunda metade do século XVIII em diante, começaram a surgir visões detratoras a respeito do Novo Mundo. Este “é o momento em que se passa da projeção da inocência à inata maldade do selvagem [...]” (SCHWARCZ, 1993, p.46). Dentre todos os pensadores que compartilhavam deste tipo de visão mais negativa do continente americano, destacam-se os naturalistas De Pauw e Buffon. Estes, segundo Schwarcz, ainda que não rompessem com a noção de unidade do gênero humano, instauraram um senso de hierarquia e “degeneração”, respectivamente. Neste momento, então, a degenerescência deixa de aplicar-se somente às espécies vistas como menos complexas organicamente, “passando a descrever um desvio patológico do tipo original” (MOREL apud SCHWARCZ, 1993, p.46). Entretanto, a respeito das doutrinas comparativistas mais influentes do século XVIII, Lília Schwarcz coloca que “a partir do século XIX, será a segunda postura [protagonizada por Buffon e De Pauw] a mais influente, estabelecendo correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (SCHWARCZ, 1993, p.47).

Como um dos objetivos deste trabalho consiste em elaborar uma discussão a respeito das teorias raciais, é de suma importância que situemos a emergência do termo “raça”. Neste âmbito, nota-se a introdução deste termo na literatura em inícios do século XIX, conjuntamente com a “inauguração da ideia de existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (STOCKING apud SCHWARCZ, 1993, p.47). Apresentando-se então a ruptura entre a visão cronista, comum desde o século XVI, protagonizada pelos viajantes que se contentavam em narrar e o estilo investigativo levado a cabo pelos naturalistas do século XIX, “a

quem não cabia apenas narrar, como classificar, ordenar, organizar tudo o que se encontra pelo caminho” (SUSSEKIND apud SCHWARCZ, 1993, p.47). Vemos, então, neste ponto, uma postura contrária àqueles pressupostos igualitários contidos na argumentação de Rousseau. Indo no sentido oposto ao que iam os ideais Iluministas, caminhando para uma diferenciação mais sistemática do gênero humano, agora com o respaldo do discurso racial.

Esta nova geração de cientistas não tardou em buscar respostas para os desafiantes questionamentos a respeito da origem do homem. Como nos mostra Lília Schwarcz, duas grandes vertentes dividiam estes intelectuais, o *monogenismo* e o *poligenismo*. A primeira, como o nome sugere, imputava uma única (*mono*) gênese (*genismo*) a todo o gênero humano, baseando-se para tal nas escrituras bíblicas. Sob esta ótica, “pensava-se na humanidade como um gradiente – que iria do mais perfeito (mais próximo do Éden) ao menos perfeito (mediante a degeneração) –, sem supor, num primeiro momento, a noção única de evolução” (SCHWARCZ, 1993, p.48).

A segunda, ao contrário, postulava a existência de vários (*poli*) “centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993, p.48). Análises deste tipo começaram a congregar mais adeptos a partir do surgimento de teorias como a *frenologia*, a *antropometria*, a *cranilogia técnica* e a *antropologia criminal*, que em seus esforços em ordenar e classificar, típico da nascente geração de naturalistas, permitem uma explicação biológica dos comportamentos humanos. Em suma, “o poligenismo insistia na ideia de que as diferentes raças humanas constituiriam ‘espécies diversas’, ‘tipos’ específicos, não redutíveis, seja pela aclimatação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade” (SCHWARCZ, 1993, p.49). Mais adiante, ao analisarmos a repercussão de tais teorias no Brasil, a obra de Lacerda acerca dos mestiços brasileiros, que hora demonstra acordo com o viés monogenista, hora com a perspectiva poligenista, será mister na percepção da mobilidade entre estas duas perspectivas de análise acerca da origem do homem.

Outras duas posturas teóricas que demonstram influência significativa na constituição do pensamento racial brasileiro, derivam da obra *A origem das espécies* de Charles Darwin, publicada em 1859. São elas o *evolucionismo social* e o

darwinismo social. Basicamente, por evolucionismo social entenda-se a postura que trata os homens como seres hierarquicamente desiguais, podendo esta realidade ser revertida pelo processo de civilização e mestiçagem. O darwinismo social, por sua vez, apesar de admitir “a existência de ancestrais comuns na pré-história” (SCHWARCZ, 1993, p.55), via as diferenças humanas como sendo características de espécies diversas, não oferecendo possibilidade de “melhoramento” ou “evolução”. O nascimento de duas teorias tão diferentes, a partir da mesma obra, talvez seja possível pelo fato de que a *seleção natural das espécies*, postulada por Darwin, abre espaço tanto para uma visão determinista, quanto para uma visão evolucionista a despeito da hierarquização das raças. Determinista porque estabelece que o elemento mais fraco deve sempre dar lugar ao mais forte. Evolucionista pelo fato de que o meio impulsiona um melhoramento, sem necessariamente romper com as origens.

Em rápidas pinceladas, são estas as doutrinas raciais que, organizadas e reorganizadas desde o século XVIII, irão exercer profunda influência entre os ‘homens de ciência’ no início do século XX, principalmente no tocante à miscigenação racial, assunto central da obra de João Baptista de Lacerda acerca do branqueamento da população brasileira. Tenha-se presente, ainda, que dentre a vasta obra deste cientista, selecionamos como fonte documental para este breve estudo, o discurso proferido no Congresso Internacional de Londres, em 1911, intitulado *Sobre os mestiços do Brasil* e também uma réplica que Lacerda escreveu em resposta à críticas direcionadas a este último discurso, cuja foi publicada sob o título de *Réplica à crítica da memória – Sur les métis au Brésil*, em 1912, como capítulo do relatório que este pesquisador endereçou ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, a respeito de suas percepções sobre tal congresso, do qual havia participado na posição de “Delegado oficial do Brasil” (LACERDA, 1912).

OBJETIVOS

Buscaremos, nesse passo, examinar a magnitude em que tais doutrinas incidiram exclusivamente nos discursos a respeito da composição racial brasileira, levando em consideração o contexto que uniu o fim da escravidão com o florescimento conturbado da República e mantendo vistas na construção de uma nova identidade nacional, que oferecesse uma alternativa à visão determinista que

há tempo vinha sendo imputada pelos cientistas estrangeiros a despeito da realidade racial brasileira. Um exemplo deste tipo de visão pode ser visto na fala do viajante francês Gustave Aimard: “Le Brésil, a aujourd’hui un peuple, il n’a encore qu’une nationalité factice; ce qui fait le peuple, c’est la race”² (AIMARD apud SCHWARCZ, op cit. :p.19).

Tomando Lacerda como um dos ‘homens de ciencia’³, temos como objetivo demonstrar os limites teóricos impostos pelas teorias estrangeiras que inundaram o Brasil a partir da segunda metade do século XIX e as barreiras políticas construídas por uma sociedade rigidamente hierarquizada no tocante a inclusão de negros e mestiços, a fim de explorar a existência de originalidade nos postulados de Lacerda, mesmo em meio a tal profusão de teorias europeias. Nessa esteira, é sobretudo importante assinalar que no esforço de perceber como as teorias raciais estrangeiras refletiram na obra de Lacerda, será analisado o documento *Sobre os mestiços do Brasil*; bem como a *Réplica à crítica da memória – Sur les métis au Brésil* será examinada com o intuito de elucidar os limites políticos enfrentados por este cientista diante da sociedade brasileira da Primeira República.

RESULTADOS

O primeiro documento a ser analisado de forma pormenorizada será o ensaio *Sobre os mestiços no Brasil*, escrito por João Baptista de Lacerda e que consiste num discurso científico a ser proferido no Congresso Internacional de Raças em Londres, em 1911. Algo que fica evidente *a priori* é o fato de que em seu público alvo constavam os mais renomados cientistas do mundo em questões raciais. Outra questão determinante para a forma de escrita deste documento é que ele precisava ser bastante convincente. Isto é, todos os intelectuais presentes naquela ocasião, em sua grande maioria mobilizados pelo determinismo biológico e racial, viam o

² O Brasil possui hoje um povo, não têm, ainda, nada além de uma nacionalidade fictícia; o que faz o povo é a raça (tradução livre).

³ Denominação utilizada pela historiadora e antropóloga social Lília Moritz Schwarz para designar os cientistas que trabalharam nos museus e faculdades inaugurados ainda durante o período imperial e que, entre os anos de 1870 e 1930, tomavam a pesquisa científica não apenas como uma profissão, mas como um sacerdócio (SCHWARCZ, op. cit.). Para a geração de pesquisadores sociais que surgiram juntamente com as primeiras universidades brasileiras, no século XX, os ‘homens de ciencia’ são meros copiadore de teorias estrangeiras. No entanto, Lília Schwarz busca desconstruir tal visão, argumentando que os estudos raciais levados a cabo por estes últimos “foram condenados antes de serem compreendidos em sua especificidade”, não sendo entendidos como integrantes do “movimento singular e criador” de que fizeram parte (SCHWARCZ, op. cit. p.15-17).

Brasil como um país fadado a uma irreversível degenerescência, já que sua população era fruto de uma miscigenação profunda, na qual até mesmo os membros da elite branca não tinham certeza de sua pureza racial. Sendo assim, o cientista brasileiro tinha a missão de convencer cientificamente os presentes no congresso que o Brasil tinha um grande futuro enquanto nação, podendo entrar no circuito científico e econômico mundial. Para isso, Lacerda lançou mão da teoria do “branqueamento”, ideologia empregada também por outros cientistas brasileiros desde pelo menos o final do século XIX (SKIDMORE, 1976). No entanto, na acepção de Lacerda, o branqueamento traria seus resultados de forma mais rápida, em apenas um século.

As ligações teóricas que Lacerda possuía com o pensamento racial europeu são evidentes, não apenas por considerar que ao decidir apresentar num congresso internacional com esta temática este cientista demonstrasse dialogar com as principais doutrinas raciais que definimos acima, mas pelo fato de que estas influências estão bem destacadas. Um dos exemplos se encontra justamente na teoria que fundamenta o seu discurso, através da qual este cientista revoga o ideal poligenista de que os indivíduos brancos e negros compõem duas espécies diferentes do gênero *homo*. Para ele, “os poligenistas os tomam como duas espécies do gênero *Homo*, baseando-se na diferença de características físicas que separam o negro do branco e que, segundo eles, é mais profunda do que aquelas que existem entre muitas das espécies do reino animal” (LACERDA apud SCHWARCZ, op. cit. p.235). Deixando assim evidente, ao menos neste momento, sua opção pelo viés monogenista, o qual se baseava na existência de somente uma espécie, humana, mas que, como vimos acima, se desdobrou em diferenças fenotípicas devido à influência do meio.

Noutro ponto crucial de sua tese do branqueamento, Lacerda ressalta a importância da ‘seleção sexual e intelectual’, que consiste no fato de os mestiços escolherem parceiros da raça branca, o que fica explícito neste trecho: “A seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro.” (LACERDA apud SCHWARCZ, 2011, p.239). Além de eliminar os traços do negro das futuras gerações brancas a que dariam origem os cruzamentos entre mestiços e brancos,

esta seleção faria com que os negros fossem isolados, algo que, na concepção de Lacerda, ocasionaria a extinção da raça negra, uma das hipóteses mais polêmicas de seu discurso: “Graças a este procedimento de redução étnica, é lógico supor que, no espaço de um novo século, os mestiços desaparecerão do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós.” (LACERDA apud SCHWARCZ, op. cit. p. 239).

Nestes trechos em que Lacerda pontua a extinção de uma raça em detrimento da outra, vemos claramente os pressupostos do darwinismo social que, por sua vez, defende uma suposta diferença entre as raças humanas e, conseqüentemente, a formação de uma hierarquia entre elas. Demonstrando ser esta uma das doutrinas europeias mais aceitas também no Brasil, além de já ter alcançado influência mundial naquele contexto específico. Por outro lado, se bem observarmos, Lacerda fala, ainda, de um ‘aperfeiçoamento’ racial. Característica esta do evolucionismo social, uma doutrina teórica que, como destacado na introdução deste texto, vai à contra mão do darwinismo social. Eis um paradoxo que mostra muito da utilização dos modelos explicativos estrangeiros. É exatamente neste ponto que Lília Moritz Schwarcz nos mostra que “é na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas.” (SCHWARCZ, 1993, p.18).

Sendo assim, em consonância com o entendimento de originalidade proposto por Schwarcz acima e tomando o exemplo de Lacerda ao conciliar duas teorias excludentes na busca por uma compreensão dos problemas sociais do Brasil, é possível oferecer um juízo diferente daquele exposto por Nelson Werneck Sodré em sua importante obra *História da literatura brasileira* (1938) acerca da produção intelectual brasileira anterior ao nascimento das universidades brasileiras, tendo que este autor conclui: “onde existe imitação formal, não pode existir originalidade nem autonomia” (SODRÉ apud SCHWARCZ, 1993, p.15). Entende-se, deste modo, que Lacerda observou a realidade mestiça da nação brasileira e buscou uma alternativa possível, mesmo sob forte influência ideológica europeia.

Todavia, a questão da utilização de teorias excludentes como se verá não é pacífica, uma vez que cabem ainda algumas questões: como soou no meio acadêmico a utilização conjunta, por um lado, de teorias que pregam a diferença entre as raças e que prezam pela pureza racial e, por outro, de ideais que buscam evidenciar a viabilidade dos cruzamentos? Como os intelectuais e a mídia trataram o fato de um porta-voz do governo dizer cientificamente ao mundo que no Brasil existiam mais negros do que brancos? Nova luz pode ser lançada sobre estes e outros novos dilemas enfrentados pelos cientistas brasileiros do início do século XX a partir da análise da *Réplica a Crítica* produzida e publicada por João Baptista de Lacerda em 1912, em resposta às críticas feitas ao seu trabalho *Sur les métis au Brésil*.

No início de sua réplica, o médico, antropólogo e delegado do governo brasileiro no Congresso Internacional de Raças em Londres, João Baptista de Lacerda, destaca alguns jornais e personalidades estrangeiras que apreciaram seu trabalho *Sobre os Mestiços no Brasil*. Entre eles os jornais *Morning Post* de Londres e o *Le Brésil* de Paris, além do General Legitime, representante do Haiti, “negro de côr e homem instruído” e do “Dr Du-Bois, mestiço cujos meritos scientificos foram reconhecidos no Congresso” (LACERDA, 1912, p.86).

No entanto, o ‘anjo da ciência brasileira’ enviado para lançar a boa nova que poderia remir a nação brasileira de todos os percalços raciais do passado, caía do céu diretamente na boca de lobos após poucas horas de glória. Lacerda via uma grande ironia do destino: um talentoso cientista brasileiro, reconhecido como tal “em um dos centros mais civilizados do mundo” (LACERDA, 1912, p.III), Londres, ser amplamente criticado dentro de seu país e por seus compatriotas. O mesmo cientista que em outro momento fora reconhecido nacionalmente por avanços acerca da fisiologia – quando dos estudos sobre os soros antiofídicos – ou ainda da epidemiologia – dado que colaborou grandemente para os avanços no combate da febre amarela ainda no século XIX – naquele momento era desacreditado justamente nos domínios da Antropologia Física, área de pesquisa em que era pioneiro no Brasil. Outra sensação não poderia ter este intelectual brasileiro a não ser a de sentir-se “fundamente magoado pelas deprimentes e injustas críticas” que recebera de seus “illustres compatriotas” (LACERDA, 1912, p. 85-86). Lacerda

demonstra-se inquieto pelo fato da mesma pesquisa ter originado dois posicionamentos tão diferenciados. Algum ponto de seu aclamado discurso, o mesmo que pormenorizamos acima, não descera bem para alguns de seus expectadores no Brasil.

Percebemos a magnitude que tomou tal debate quando Lacerda destaca que fora através da imprensa que recebera as críticas. Dentre estas, destacamos, então, uma que demonstra claramente qual dos pontos da tese deste cientista que não havia sido bem aceita:

Accusaram-me também, e esta foi a parte mais acriminosa do libello, de ter implicitamente affirmado na sétima conclusão do meu trabalho que a actual população do Brasil compõe-se de maior numero de negros do que de brancos; não me tendo eu advertido, accrescentou o critico, que semelhante affirmação deslustrava os creditos do paiz, e rebaixava-o aos olhos do estrangeiro (LACERDA, 1912, p.91).

Podemos perceber que o fato de Lacerda afirmar que o Brasil seria branco somente em um século fez com que o crítico interpretasse que isso não fosse realidade, sendo o país, naquele momento, formado por maioria negra. E se havia algo pior que ser um país miscigenado, era ser um país com mais indivíduos negros do que brancos em sua população. Neste sentido, levando em conta que em uma sociedade rigidamente hierarquizada somente a elite possuía voz na imprensa, é possível destacar a existência de uma barreira política que balizava a produção científica no Brasil no período em questão.

Contudo, é em seus argumentos de defesa que Lacerda demonstra ser de fato um 'homem de sciencia', nos moldes colocados por Lília Schwarcz, já que toma a Ciência como uma verdade, a qual por sua vez está fortemente atrelada a uma imparcialidade, indicando o uso profundo da Razão. Observemos: "Eu não fiz trabalho de mera cortezia para o congresso; expendi opiniões fundamentadas na observação e na sciencia sem cuidar absolutamente de saber si ellas podiam ou não agradar aos que ouviam a exposição das minhas idéas." (LACERDA, 1912, p.87). Outro exemplo do cientificismo presente na obra de Lacerda pode ser visto no arremate de sua réplica, já que acompanha uma experimentação inédita, ou seja, que não havia sido publicada em seu discurso no Congresso Internacional de Raças

de Londres. Consiste num diagrama confeccionado pelo médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto, a quem Lacerda presta um profundo agradecimento: “Queira aceitar o emérito professor os meus cordeaux agradecimentos pelo valioso subsidio que prestou á minha réplica com os seus diagrammas bem demonstrativos.” (LACERDA, 1912, p.96-97). Utilizando dados dos anos de 1872, 1892, 1912 e estimando até 2012, reafirmando o cunho racional e, portanto, confiável da observação científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sistematizando a crítica e a réplica, podemos afirmar que aquilo que fomentou censuras às teses de Lacerda foi o fato de sua pesquisa envergonhar certos setores das elites brasileiras diante da opinião internacional. Para estes brasileiros, legitimar cientificamente o discurso de que o Brasil era um país amplamente miscigenado e que o número de brancos era bastante inferior ao de negros e mestiços, consistia em enquadrá-lo nos piores exemplos de nação, que eram postulados por intelectuais europeus (em grande medida franceses) como completamente inviáveis devido à sua formação racial mestiça. No entanto, sabemos que os críticos de Lacerda não cogitavam a possibilidade de que estes intelectuais não soubessem dessa realidade racial brasileira. Mas, talvez, os censores brasileiros enfureciam-se por ver o representante do governo lançar mão de todo trabalho feito por muitos intelectuais brasileiros para maquiagem a realidade mestiça do país.

No entanto, os críticos parecem não ter percebido que ao destacar a ampla ocorrência de mestiçagem, Lacerda apenas revela o inocultável. Contudo, ele trata esta realidade ainda de acordo com as principais teorias deterministas presentes no pensamento europeu desde o século XIX. Ou seja, por mais que em seu trabalho *Sur les métis au Brésil* Lacerda denuncie a existência de preconceitos de raça e agregue uma relevância social aos mestiços, em nenhum momento ele defende a inclusão do negro na sociedade pós-abolição. Muito pelo contrário, a sua tese é a de que negros e índios devem ser extintos no espaço de três gerações, não tendo eles nada a agregar para a nascente sociedade republicana. Nem de longe podiam servir como elemento partícipe na construção da identidade nacional. O porta-voz do governo brasileiro para questões raciais parecia, em poucas palavras, querer dizer:

“Os mestiços existem e são bons porque nos conduzirão ao branqueamento, os negros são muitos, sejam quais forem os preconceitos. Mas, calma, é reversível!”. Em outras palavras, parecia absolutamente evidente para Lacerda que a ciência que revelava os problemas raciais do Brasil, através da imparcialidade e da razão científica, era a mesma que provava que a população brasileira poderia branquear, considerando o intenso isolamento das ‘raças’ negra e indígena e o incentivo à imigração.

É possível, ainda, percebermos o cunho político e nacionalista do discurso de Lacerda, na medida em que sua pesquisa e sua viagem até Londres são diretamente financiadas pelo governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). Nesta esteira, é bastante observável que havia, no início da República, um relevante apelo nacional por fazer do branqueamento uma política, como forma de divulgar uma imagem do Brasil no exterior que projetasse um futuro branco e civilizado para a nação brasileira.

Em suma, a pesquisa de João Baptista de Lacerda acerca dos mestiços no Brasil, apresentada no Congresso Internacional de Raças, em Londres, em 1911, conjuntamente com as análises acerca da Réplica à Crítica, escrita por este cientista em 1912, como visto pode nos oferecer uma clara compreensão de como eram utilizadas as teorias raciais estrangeiras no país, sendo possível observarmos de que modo se dava a autonomia dos intelectuais brasileiros diante da aplicação de tais ideias à realidade nacional. Autonomia esta que pode, por derradeiro, ser especificada aos moldes das *estratégias anticoloniais*, como colocado pelo historiador Sérgio Carrara em sua obra a respeito da Sífilis. No estudo deste autor podemos encontrar três estratégias: a ‘reivindicação de exceção’, o ‘acordo aparente’ e a ‘subversão valorativa’ (CARRARA, 2004). Buscando, então, pensar a miscigenação racial postulada por Lacerda no lugar da sífilis, temos que a primeira pode ser vista na tomada da mestiçagem como parte da realidade brasileira. A segunda consiste no fato de que ao aceitar ampla mistura racial, Lacerda estava alegando que o Brasil poderia branquear, recusando a leitura fatalista dos europeus sobre os efeitos da miscigenação. A terceira estratégia é caracterizada pela aceitação da ampla miscigenação racial, porém não a toma como algo absolutamente negativo, por isso ‘subversão valorativa’. Isto posto, é possível

pensar que as teorias estrangeiras puderam ser utilizadas sem que obstruíssem a originalidade das formas de apropriação pelos cientistas brasileiros.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos**: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

KEULLER, Adriana. **Estudo físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro**: cientistas, objetos, idéias e instrumentos (1876-1939). Tese de doutorado em história (USP). São Paulo, 2008.

LACERDA, João Baptista de. **Réplica à crítica da memória – Sur les métis au Brésil**". In: _____. *Informações prestadas ao Ministro da Agricultura Pedro de Toledo*. RJ: Papelaria Macedo, 1912, 85-101.

_____. **Sobre os mestiços no Brasil**. Tradução de "Sur le métis au Brésil" (Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911, Paris, Devouge, 1911). In: SCHWARCZ, 2011, op.cit.

SCHWARCZ, L. K. M. **Previsões são sempre traiçoeiras**: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011, pp. 225-242.

_____. **O espetáculo das raças**. SP, Companhia das Letras, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.